

## **LIBERDADE DE EXPRESSÃO, LIBERDADE DE IMPRENSA E FAKE NEWS: O CASO VAZA JATO**

Renata Adriana de Souza<sup>1</sup>

Para analisar a relação entre liberdade de imprensa, liberdade de expressão e Fake News, é importante considerar as condições de produção que contribuíram para a consolidação da imprensa no Brasil, assim como para estabelecer um tipo de funcionamento específico a partir de determinadas relações de poder em seu interior. Isso porque, para Pêcheux ([1969] 2010), um discurso é parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, pertence a um sistema de normas que não são nem universais nem individuais, elas mudam de acordo com a posição ocupada pelo sujeito de determinado discurso e com o lugar de circulação desse objeto. Em outras palavras, o funcionamento de qualquer discurso deriva de uma estrutura ideológica política, lugar determinado no interior de uma formação social. Por isso, o que se diz, anuncia, promete ou denúncia ocorre em uma situação específica e possui estatutos diferentes para diferentes sujeitos.

Ao considerarmos as condições de produção da imprensa e do discurso da imprensa tradicional, podemos dizer que o sentido de Fake News (quando entendida como notícias falsas ou manipulações produzidas pela imprensa ou pela mídia) sempre existiu. Esse termo inicialmente era utilizado para designar notícias inteiramente falsas, mas atualmente, é empregado para definir o jornalismo mal feito, que manipula e/ou descontextualiza informações, vídeos e imagens. Tais práticas sempre estiveram presentes na imprensa em nosso país, principalmente, com o advento da chamada empresa jornalística que, desde o início século XX, se associou a classe burguesa e a partidos políticos que representavam o interesse dessas classes. Esse vínculo contribuiu para o estabelecimento de relações de poder bastante benéficas para as duas instâncias, conseqüentemente, tais relações se fortaleceram perpassando tempos de ditadura e de democracia.

Por isso, a informação sempre esteve centralizada nas mãos de poucos grupos que não transmitem novidades, apenas reescrevem os mesmos fatos de maneiras específicas. Podemos dizer que a produção discursiva em qualquer veículo de comunicação consiste em uma interpretação produzida no interior de determinada formação discursiva (FD) e a partir dos domínios de saber constitutivos dessa FD. No entanto, a espetacularização, o sensacionalismo, o constrangimento da verdade e o desrespeito aos limites da ética sempre existiram em um certo tipo de imprensa, desde os seus primórdios. Esses veículos defenderam/defendem a liberdade de expressão e liberdade de imprensa existentes, invocando tais princípios para manter as relações de poder estabelecidas.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora de Linguística da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

De acordo com Miguel (2019, p. 114), esse fenômeno consiste na violência simbólica original do jornalismo, ou seja, expor sua perspectiva particular como se fosse universal. Em Souza (2015), consideramos que essa violência simbólica é produzida a partir da relação entre veículos de comunicação hegemônicos e determinados grupos políticos e de poder e consiste em um modo de funcionamento da *língua de vento*, tal como estabelecida por Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 23), ou seja, uma forma linguística fluida utilizada pela publicidade e propaganda para produzir um certo modo de dominação. O funcionamento da *língua de vento* em determinados veículos da grande mídia produz um modo de dominação sutil, pois possibilita à classe que está no poder exercer sua mestria sem apontar um mestre aparente.

Frente a esse modo de funcionamento do discurso jornalístico, podemos dizer que a Internet surgiu, em um primeiro momento, como um espaço outro. Hoje nos perguntamos, será que a Internet conseguiu se constituir com um espaço de liberdade e democracia?

Em parte, isso se cumpriu. No entanto, as relações de contradição-desigualdade-subordinação se materializam também nos espaços digitais da internet fazendo com que gigantes como Facebook, Whatsapp e Google estabeleçam relações de força e dominação em rede: “a caixa dessas empresas depende de ‘cliques’ e ‘likes’, e para consegui-los, não importa se o navegante está direcionando seu dedo para uma notícia falsa ou verdadeira” (BORTOLOTTI, 2018). Essa questão torna-se ainda mais problemática quando associada ao fenômeno de modulação de dados, ou seja, o conteúdo existente é direcionado a cada um com o intuito de mudar ou influenciar nossas decisões.

Se a produção de notícias falsas faz parte da história da imprensa no Brasil, o surgimento da rede mundial de computadores aprofundou esse fenômeno e possibilitou a qualquer pessoa a possibilidade de se tornar sujeito em espaços digitais e produzir materialidades discursivas diversas, para isso basta ter acesso a um dispositivo conectado à rede de computadores para que a sua palavra reverbere mundo afora. Além disso, os algoritmos entregam esses textos de modo direcionado e, nesse sentido, não são totalmente falsos, fictícios, mas sim uma mistura de anseios profundos (afetos) com fatos inventados que mobilizam esses anseios.

Diante desse quadro, ainda nos perguntamos: como ocorre o funcionamento da produção de notícias nos veículos de comunicação tradicionais nesses espaços? Primeiramente, temos de considerar que esse funcionamento não é universal ou individual, ele muda de acordo com a posição ocupada pelo sujeito de determinado discurso. Nesse momento, vamos nos voltar a O Antagonista, site jornalístico de direita criado por Diogo Mainardi (ex-colunista da revista Veja) e por Mario Sabino (ex-editor chefe de Veja) em 2015. Em 2016, 50% de O Antagonista foi comprado pela empresa de publicações financeiras Empiricus Research. Novamente, temos o vínculo entre um veículo de imprensa e uma empresa financeira.

O site publicou uma série de notícias sobre o acontecimento jornalístico denominado de Vaza Jato. É nomeado de Vaza Jato uma série de reportagens produzidas pelo site The Intercept Brasil (TIB) que mostra as transgressões cometidas pela força-tarefa coordenada pelo procurador Deltan Dallagnol em

colaboração com o atual ministro da justiça, Sergio Moro. As mensagens, de acordo com o site em questão, foram produzidas a partir de arquivos inéditos, incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeo, fotos, documentos judiciais entre outros itens – enviados por uma fonte anônima. Os documentos mostram que Sergio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula. Vamos nos voltar a algumas manchetes de notícias produzidas e em circulação no site de O Antagonista: “Provas roubadas para incriminar Moro?”, “Droga mesmo seria libertar Lula e culpar Moro”, “Moro: isso só prova que as mensagens são passíveis de adulteração”, “Os hackers da ORCRIM”.

As relações de sentido produzidas em algumas notícias enfatizam, por exemplo, o fato de as mensagens terem sido obtidas de modo ilegal: “mensagens roubadas publicadas pelo site...”, afirmação produzida em todas as notícias sobre a vaza jato; que o vazamento das informações é para inocentar Lula e condenar Moro; após o dia 29 de junho, quando o TIB comete um erro ao trocar o nome do procurador Ângelo Augusto Costa por Ângelo Goulart Villela, O Antagonista publica várias notícias dizendo que as conversas foram adulteradas, manipuladas; que havia o envolvimento do PT e/ou partidos com um posicionamento mais de esquerda com os hackers.

Em outras palavras, não é noticiada, há um silenciamento (ORLANDI, 2007) da corrupção do Judiciário e como esse fato se tornou gritante a partir das reportagens do TIB. O funcionamento dessas notícias se dá a partir da estratégia de distração, prática comum realizada por determinados veículos de comunicação. Trata-se de desviar a atenção do público dos problemas centrais e das mudanças importantes ocorridas no cenário político por meio de distração e de informações de menor importância. Isso significa que O Antagonista e The Intercept Brasil se inserem em diferentes formações discursivas.

Se este tipo de prática é comum a determinados veículos de comunicação, o que mudou de fato com a Internet? Em relação às práticas utilizadas, pouco mudou, no entanto temos um outro tipo de funcionamento discursivo, há diferentes condições de produção e circulação das informações e um posicionamento outro dos sujeitos envolvidos. Para analisar essas condições de produção, utilizo o conceito de escritorialidade, de Gallo (2016), segundo a autora, em espaços enunciativos informatizados os discursos circulam e são determinados pela repetibilidade, visibilidade e quantidade, essa nova macro categoria discursiva recebe o nome de Discurso de Escritorialidade. Esse conceito refere-se às discursividades que nem são ilegítimas (D.O), nem são legitimadas por reconhecimento (D.E), mas que se legitimam por meio da visibilidade. Para a autora, a escritorialidade é uma forma discursiva nova, da mesma dimensão da oralidade e da escrita, e possui legitimidade a partir da ampla circulação, processo que possibilita formas de repetibilidade, visibilidade e quantificação.

Em espaços enunciativos informatizados da internet, podemos dizer que o discurso jornalístico, principalmente em sites, relaciona-se às normatizações do digital e da internet no âmbito da formulação, devido, entre outras questões, ao uso de sarcasmo e formas linguísticas coloquiais, típicas da oralidade; e circulação, pois as normatizações do digital engendram outros modos de relação dos discursos, criando

critérios outros de legitimidade, seja pela quantificação ou pela formação de “bolhas”, produzindo um efeito de rede social e um efeito-leitor que se relaciona com outras condições de produção dos discursos.

Nesse sentido, podemos dizer que o recorte que o site O Antagonista faz do fato jornalístico produzido pelo TIB está diretamente relacionado ao modo como o espaço enunciativo do site, aliado à normatização dos espaços enunciativos informatizados nos quais ele faz circular o seu dizer, tem relação direta com a possibilidade de alcançar algoritmicamente esse leitor pressuposto pelo jornal, leitores que se identificam com o posicionamento de O Antagonista. Isso significa que as condições de produção desses espaços enunciativos informatizados alteraram a relação com a produção discursiva, tendo em vista que os sujeitos, nesses espaços, se habituaram aos algoritmos das redes e são interpelados a ler os sites, notícias, twettes, manchetes etc., que tendem a expor suas opiniões e que, muitas vezes, reforçam seus posicionamentos: “No ambiente global de crescente polarização, as fake news tendem a permanecer em alta e, pior, a ficar cada vez mais forte” (FILGUEIRAS, 2018). O cenário atual é bastante complexo, no entanto, é importante nos voltarmos as palavras de Miguel (2019, p. 122):

O movimento que abre caminho para as fake News é indissociável daquele que gera circuitos alternativos de produção de informação – situada, como toda a produção de informação – que ampliam a necessária pluralidade do ambiente comunicacional. Correntes de boatos pelos WhatsApp não são uma boa coisa, mas se a Rede Globo, a Rede Record, a revista Veja ou a jornal O Estado de S. Paulo voltarem a ser as únicas janelas para o mundo também não estaremos em boa situação.

Os espaços enunciativos informatizados alteraram as formas de produção de notícias, as formas de manipulação, ressignificando as formas de formulação e circulação discursivas. Nesse sentido, as línguas de vento no ciberespaço continuam sendo utilizadas pelas classes que estão no poder para perpetuar as relações de dominação, mas agora essas formas também seguem as normatizações dos espaços enunciativos informatizados e se relacionam com a forma discursiva da escritorialidade adquirindo legitimidade a partir da repetibilidade, visibilidade e quantidade. O diferencial é que, teoricamente, qualquer sujeito ou grupo pode produzir essas formas discursivas com o objetivo de interpelar os sujeitos em sociedade em relação aos domínios de saber cultivados e propagados como verdadeiros, superiores e democráticos.

No entanto, essa forma não democratiza, ela privilegia uns e não outros, ela se baseia em relações comerciais, financeiras e políticas e, sobretudo, ela produz uma indistinção, mascara os interlocutores, permite ao discurso dominante, fragilizado e questionado em sua prática, circular como um dizer anônimo, vindo de baixo. Consequentemente, as línguas de vento se tornaram mais fluidas, mais velozes, estabelecendo outras relações de dominação.

## REFERÊNCIAS

BORTOLOTTI, Plínio. Mentira não é jornalismo. *In: Jornalismo em tempos de pós-verdade*. Fortaleza: Dummar, 2018.



FILGUEIRAS, Isabel. O bom jornalismo contra a desinformação. *In: Jornalismo em tempos de pós-verdade*. Fortaleza: Dummar, 2018.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A Língua Inatingível: o discurso na história e na linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. A disputa pela fala jornalística: empresas, profissionais e ativistas na querela das fake news. *In: Análise de Discurso em rede: cultura e mídia – volume 4*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. *In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

SOUZA, Renata Adriana. *O Enunciado Liberdade de Expressão em Weblogs Progressistas: produção e circulação de sentidos*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.